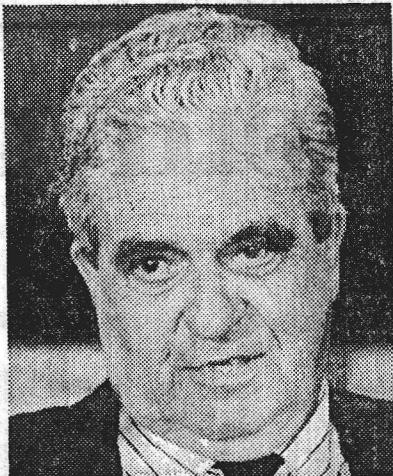


Congresso vota plano até o fim do mês

BRASÍLIA — O novo pacote econômico do governo só será votado no final do mês, caso seja mantida a avaliação inicial dos partidos. Nem o PFL, na liderança do bloco majoritário, nem o PMDB, na condição de maior partido, têm interesse em apressar a votação. Os parlamentares deixam claro que preferem adotar posição cautelosa e observar as reações da sociedade ao plano. Exemplo disso é o deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), que está coordenando uma comissão em seu partido, com representantes de todos os estados, para aprofundar o debate sobre o pacote.

Além de ouvir o governo, o PMDB também pretende consultar lideranças sindicais e empresariais, da CUT e CGT à Federação das Indústrias de São Paulo e Federação Nacional de Bancos. "Ficaremos em reunião permanente para que a bancada decida como votar só depois de conhecer bem as opiniões do governo, trabalhadores e empresários", explicou o deputado. Outros argumentos mais sutis também são utilizados para justificar a preocupação política dos parlamentares. "Votar só ao final do prazo legal de 30 dias, não é nem uma questão de prudência, e sim necessidade de usarmos o tempo para compreender as medidas, que são muito complexas", disse ontem o líder em exercício do PMDB na Câmara, Genebaldo Correia (BA). O líder do governo, deputado Humberto Souto (MG), também considera inviável qualquer tentativa de votação antes do dia 20, até porque a experiência indica que a semana do carnaval é improdutiva no Congresso.

Segundo garante um vice-líder do PFL, o relator da medida provisória



Amaral: governo sem defesa



Correia: é preciso adiar



Magalhães: contra trégua

que trata das novas regras salariais será o deputado Francisco Dornelles (RJ), que está defendendo o adiamento da votação, dando um prazo mínimo de 30 dias para que o plano produza seus efeitos. A tese é a de que é preferível permitir a reedição das medidas a correr o risco de uma votação no escuro. Dornelles, que já



Souto: semana improdutiva

manifestou restrições ao pacote econômico, seria escolhido relator pelo bloco PFL/PRN, que passa a frente do PMDB em número de parlamentares (135 contra 108 pemedebistas).

Dificuldades — Apesar de criado para dar sustentação ao governo, o bloco PFL/PRN escolhe os relatores mas não garante facilidades ao

governo nas votações. E que os governistas fazem diversas restrições ao pacote. O deputado Jonas Pinheiro (PFL-MT), por exemplo, ficou indignado com o último artigo da MP 294 que, ao estabelecer regras para a desindexação, revogou o dispositivo da lei 8.174, sancionada pelo presidente no dia 30 de janeiro. Esse dispositivo garantia a correção da dívida com base no preço atualizado do produto para o qual era destinado o financiamento. Sua retirada contrariou toda a base rural do governo.

"Os parlamentares do meio rural se sentem ofendidos com o plano", diz o líder do PDC na Câmara, Eduardo Siqueira (TO). E a prova de que fazer os relatores não será sinônimo de facilidades na aprovação do pacote é que vários deputados integrantes do bloco governista já solicitaram ao líder, deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), que não os inclua nas comissões encarregadas de analisar as medidas, para evitar que comecem a nova legislatura votando contra o presidente Collor. Um deles foi o deputado Luiz Eduardo Magalhães (PFL-BA), que já garantiu seu voto contra o congelamento de preços e salários.

"O governo está ficando indefensável", diz o vice-líder do PDS, deputado Amaral Netto (RJ), para quem um reajuste salarial médio de 25% anunciado pelo secretário nacional de Política Econômica, Antônio Kandir, é "um deboche". Para tentar mudar a opinião dos deputados que pensam como Amaral Netto, Kandir virá à Câmara esta manhã. Embora o convite tenha partido do PMDB, o líder governista Humberto Souto vai solicitar que o secretário debata o pacote econômico também com o PFL.